

OS DETERMINANTES DO ATIVISMO PARTIDÁRIO NA AMÉRICA LATINA¹

Julian Borba²
Éder Rodrigo Gimenes³
Ednaldo Aparecido Ribeiro⁴

Resumo: O presente artigo focaliza o ativismo partidário, tendo como ponto de partida os vários estudos que apresentam um diagnóstico de distanciamento crescente entre eleitores e partidos políticos nos Estados Unidos e em países europeus. Análises dessa natureza envolvendo países latino-americanos são, entretanto, destoantes, uma vez que há autores que confirmam o desalinhamento partidário e outros que afirmam que as jovens democracias se encontram em processo de consolidação, de modo que a ainda baixa institucionalização partidária faz parte da história política da maioria dos países em processo de fortalecimento democrático. O objetivo da pesquisa foi identificar os determinantes individuais e contextuais do envolvimento do eleitorado latino-americano em partidos. A partir de modelos multivariados hierárquicos, os resultados indicam a

¹ Este *paper* é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Os determinantes do ativismo partidário e do comparecimento eleitoral na América Latina”, desenvolvido com apoio financeiro do CNPq/CAPES.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: julian@cfh.ufsc.br

³ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Contato: ergimenes@uem.br

⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Contato: ednaldorip@uol.com.br

complementaridade entre condicionantes de nível micro e macro e confirmam a relevância de fatores relacionados aos recursos materiais e subjetivos para o ativismo partidário no contexto latino-americano.

Palabras chave: comportamento político - partidarismo - democracia - partidos políticos.

Abstract: This article focuses the activism in political parties, having as the starting point the various studies that have a diagnosis of growing alienation between voters and political parties in the United States and in European countries. Analyzes of this nature involving Latin American countries are, however, clashing, once that there are authors that confirm the misalignment in favor and others who say that the young democracies are in the process of consolidation, in a way that the still low institutionalization party is part of the political history of the majority of countries in the process of strengthening democracy. The objective of the research was to identify the individual and contextual determinants of the involvement of the Latin American electorate in parties. From multivariable hierarchical models, the results indicate the complementarity between constraints of micro and macro level and confirm the relevance of factors related to subjective material resources for activism in favor in the Latin American context.

Key words: political behavior - partisanship - democracy - political parties.

Considerações iniciais

Partindo do princípio de que todas as formas de participação fortalecem a democracia e também de que esse sistema político é indispensável sem a existência de partidos políticos, o presente artigo discute uma modalidade de envolvimento que compõe a espinha dorsal dos regimes democráticos representativos, ainda pouco explorada no âmbito da América Latina: o ativismo partidário.

Durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, assistiu-se a mudanças no funcionamento dos partidos políticos e na cultura política do eleitorado. Em se tratando de fenômenos estruturais, destacam-se alterações nas funções e nas formas de relacionamento dos partidos com os eleitores, o que culminou, dentre outros efeitos, na recorrência de partidos-cartel (Katz; Mair, 1995; 2009; van Biezen, 1998; Mair, 2003; Pasquino, 2010) e *catch-all* (Ostrogorski, 2008 [1912]; Kirchheimer, 1966; Baudouin, 2000; Della Porta, 2003; Jehá, 2009; Pasquino, 2010).

Muitos pesquisadores afirmam que o distanciamento dos partidos de massas com relação aos eleitores tem conduzido à sua falência como instituição representativa, por conta da diminuição gradual de capacidade de atração da população à participação (Baudouin, 2000; Della Porta, 2003; Mair, 2003; Freire, 2005; Pasquino, 2010; Mayer, 2011; van Biezen; Mair; Poguntke, 2012).

Entretanto, há que se considerar a multicausalidade do fenômeno para além de fatores institucionais, ou seja, é necessário avaliar a influência de aspectos individuais sobre o desalinhamento partidário, tais como o refinamento cognitivo das massas (Baquero, 2000; Mair, 2003; Rennó *et al*, 2011; Witheley, 2011; Mayer, 2011; Dalton, 2013), o aumento da disponibilidade de informação política, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a proliferação de grupos de interesses (Dalton; Wattenberg, 2003; Dalton; McAllister; Wattenberg, 2003).

Diante desse contexto, pesquisas empreendidas em diversos países apontam para o crescente distanciamento entre partidos políticos e o eleitorado, em especial nos Estados Unidos e em países europeus. Em se tratando da América Latina, não há concordância entre os diagnósticos sobre tal relacionamento, tornando relevante a análise do partidarismo na região, com vistas à identificação dos preditores do engajamento dos eleitores nessas instituições,

bem como dos fatores de contexto que influenciam tal modalidade de participação.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa foi identificar os determinantes individuais e nacionais do envolvimento do eleitorado latino-americano em partidos. Para tanto, utilizamos o banco de dados do LAPOP de 2012, que apresenta dados coletados entre amostras representativas das populações dos países dessa região e do Caribe, os quais optamos por incluir em nossa análise. De maneira mais específica, nossa análise recai sobre duas variáveis distintas de envolvimento em partidos: a simpatia partidária e a participação em reuniões de partidos ou movimentos políticos.

Tendo em vista esse objetivo, o artigo segue dividido em quatro partes, além dessa introdução. Na primeira delas, apresentamos maior detalhamento sobre o quadro geral do partidarismo no mundo e na região foco de nossa atenção, dedicando especial atenção para as pesquisas que têm formulado explicações para esse tipo de engajamento cívico. Na segunda parte, oferecemos informações sobre as variáveis empregadas na investigação, sobre os procedimentos metodológicos adotados e antecipamos algumas expectativas ou hipóteses. Na terceira seção, são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, segue uma conclusão na qual procuramos sintetizar os achados mais relevantes, dialogando com a literatura pertinente.

O partidarismo na América Latina

Segundo Mair (2003) e van Biezen, Mair e Poguntke (2012), os partidos, em especial aqueles de massas, têm sofrido as consequências de um processo amplo de redução do envolvimento dos indivíduos em organizações hierarquizadas, conforme anteriormente constatado por

autores como Inglehart (1977) e Norris (1999). Nesse sentido, a análise do contexto europeu indica que o período dos partidos de massas passou e que as condições que favoreceram o desenvolvimento dessas organizações estão deixando de predominar (Mair, 2003; van Biezen; Mair; Poguntke, 2012).

Nesse sentido, o cenário de crise e de declínio dos partidos políticos foi diagnosticado nos Estados Unidos (Clarke; Stewart, 1998; Putnam, 2003; Dalton; McAllister; Wattenberg, 2003; Dalton, 2013) e na maior parte dos países europeus (Whiteley; Seyd, 1998; 2002; Mair, 2000; 2003; Dalton; McAllister; Wattenberg, 2003; Seyd; Whiteley, 2004; Norris, 2007; Witheley, 2011; van Biezen; Mair; Poguntke, 2012; Gallego; Guillem; Anduiza, 2012; Dalton, 2013).

Em se tratando das consequências de tal diagnóstico, Putnam (2002) apresenta uma visão pessimista: o aumento do desengajamento partidário conduziria à diminuição do comparecimento eleitoral, à fluidez na formulação de opiniões e opções de votos dos eleitores e ao ceticismo com relação aos processos e instituições representativas.

Embora menos fatalista, Whiteley (2011) afirma que os partidos políticos continuam a desempenhar um papel central na governança das democracias modernas, de modo que um declínio em sua base voluntária tem implicações importantes para o futuro da democracia, uma vez que é suscetível de enfraquecer a sociedade civil, minando as relações fundamentais entre os cidadãos e o Estado.

Tais prospecções negativas quanto ao desenvolvimento do cenário político defendem que a descrença com relação ao Estado e às instituições representativas seria um indício de uma crise de legitimidade, a qual pode culminar em instabilidade democrática (Norris, 1999; Seligson; Booth; Gómez, 2006).

Em contrapartida, pesquisadores mais otimistas apontam o aumento da qualidade da democracia, por conta da

maior sofisticação do eleitor, nos termos de Dahl (1997), como principal causa do distanciamento entre partidos e o eleitorado. Tais indivíduos, mais críticos em relação às instituições tradicionais e hierarquizadas, seriam portadores de valores fortemente democráticos, bem como orientados para ações políticas mais horizontalizadas e de auto-expressão (Norris, 1999; Dalton; McAllister; Wattenberg, 2003; Dalton, 2013). Além disso, Dalton, Farrell e McAllister (2011) afirmam que o distanciamento implica numa reorientação das funções e formas de atuação dos partidos, o que não necessariamente tem como consequência seu enfraquecimento, pois partidos e eleitores continuam a se articular de diferentes maneiras e as referidas instituições têm desenvolvido práticas políticas capazes de minimizar os efeitos da desmobilização dos partidários.

Em se tratando da América Latina, região em que a maior parte dos países encontra-se em processo de consolidação democrática, as análises dessa natureza são destoantes: há autores que confirmam o desalinhamento partidário (Garretón, 1993; Baquero, 2000) e outros que afirmam que a ainda baixa institucionalização partidária faz parte da história política da maioria dos países em processo de fortalecimento democrático e que os sistemas partidários na região caminham rumo à institucionalização e consolidação, num processo que não deve ser interpretado como uma crise (Alcántara Sáez; Friedenber, 2002).

Considerado o processo de redemocratização na maioria dos países da região, Garretón (1993a) demonstra preocupação com um problema que ocorre após a primeira transição, quando se trata do conteúdo da democracia: sua consolidação e seu funcionamento efetivo. Para o autor, os processos de recomposição do Estado democrático são paralelos à busca por sistemas de representação, dentro dos quais são características relevantes a capacidade de

canalização de demandas e aspirações sociais e a governabilidade, ambas funções concernentes aos partidos políticos.

Entretanto, a política institucional também apresenta traços problemáticos na América Latina, como a despolitização dos cidadãos, os baixos níveis de participação política, sobretudo na década de 1980, e a recorrência de eleições marcadas por traços personalistas (Cavarozzi, 1993; Baquero, 2000; Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002).

Mainwaring (2001) corrobora com tal observação e, numa análise sobre Brasil, Argentina e Peru, destaca o baixo grau de institucionalização de seus sistemas partidários, por conta da pouca regularidade nos padrões e regras do jogo político, por partidos de raízes sociais frágeis e com pouca legitimidade junto ao eleitorado e por eleições frequentemente dominadas por líderes personalistas.

Em estudo posterior, Mainwaring e Torcal (2005) ponderam que sistemas partidários de jovens democracias são marcados por frágeis vínculos programáticos e ideológicos entre eleitores e partidos, permeados pelas destacadas relações personalistas, o que pode se alterar com o passar do tempo e a consolidação do regime. Nesse sentido, os autores coadunam com Riz (1993), cuja análise sobre a situação dos partidos políticos latino-americanos no início da década de 1990 era de que as recentes modificações decorrentes do surgimento de novas forças políticas, da (re) construção de sistemas de representação e de participação eram parte de um processo de ampliação dos sistemas partidários democráticos, ainda distante de cristalização.

Em consonância com esse conjunto de argumentos, Baquero (2000) expõe um posicionamento pessimista, uma vez que considera tais fenômenos como fatores de uma crise da própria democracia, na qual os partidos, pelas responsabilidades que lhes cabem, em especial a de mediação política, se encontram no centro do problema. Para o autor, não se trata de uma crise dos partidos

políticos na América Latina, mas de um momento delicado dos regimes democráticos na região, que inclui as referidas instituições políticas. Ainda segundo o autor, na América Latina, os partidos políticos reemergiram como atores políticos significativos após a transição democrática, porém não se consolidaram como instituições efetivas de mediação política.

Nesse contexto histórico, “A construção de relações recíprocas, fundadas na confiança, não é possível quando existe uma estrutura clientelística institucionalizada. As instituições políticas, nesse cenário, particularmente os partidos, não contam com créditos positivos por parte da população (Baquero, 2000: 69)”.

O sentimento de desconfiança, medida de apoio específico da democracia (Easton, 1975), se mantém entre os eleitores latino-americanos até a contemporaneidade. No entanto, Alcântara Sáez e Freidenberg (2002: 149) afirmam que essa baixa adesão a democracia, em termos avaliativos, deve ser matizada pelo fato de que, salvo exceções, até o início do século XXI, “[...] os partidos políticos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos”.

Alcântara Sáez e Freidenberg (2002), inclusive, destoam fortemente de Baquero (2000) por sua análise otimista com relação ao relacionamento entre partidos e eleitores na América Latina, uma vez que afirmam que a região gozava de grande heterogeneidade no que tange à caracterização dos sistemas partidários e partidos políticos no início do século XXI. Observada tal heterogeneidade, ao longo do período de democratização recente, identificaram o que chamaram de “relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos”, que consideraram surpreendente pela condição de manutenção, ainda que parcial, de aspectos presentes na ordem anteriormente vigente. Sobre tal

constatação, os autores pontuaram que “[...] De qualquer modo, é um fato que a média [de institucionalização] dos partidos latino-americanos é estável e que as profundas mudanças acontecidas no Peru e na Venezuela durante a década de 1990 são a exceção, e não a regra” (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002: 144).

Assim, os autores apontam a necessidade de se analisar o relacionamento entre partidos políticos e o eleitorado sob diferentes aspectos: os sistemas partidários nacionais, os partidos políticos em sua individualidade e ainda a cultura política dos cidadãos latino-americanos (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002), destacadas as condições históricas ressaltadas por Baquero (2000) e ainda características de contexto, como fatores sociais e econômicos.

Metodologia e hipóteses

A operacionalização dessa investigação passou pela identificação de variáveis que pudessem representar empiricamente o conceito de partidarismo, o que, apesar de aparentemente simples, pode conduzir a equívocos reducionistas, como a sua restrição à filiação a legendas. Defendemos aqui que esse conceito se refere a algo mais amplo, pois designa um padrão de relacionamento entre cidadãos e essas instituições centrais do sistema democrático. Nestes termos, é importante o comportamento efetivo de participação formalizada ou não, mas também devem ser levadas em consideração dimensões atitudinais e valorativas, como a simpatia partidária e a identificação com uma legenda. Desta forma, para além do registro formal de eleitores nas listas de filiados, nos interessa analisar dimensões mais difusas dessa questão.

Diante dessa orientação inicial, se impõe a tarefa de selecionar aquelas variáveis que ao mesmo tempo estejam

disponíveis para todas as unidades nacionais selecionadas e representem de forma adequada o conceito. Os dados produzidos pelo LAPOP chamam a atenção pela sua abrangência, pois cobrem mais de duas dezenas de países em pesquisas regulares na América Latina e Caribe, sendo assim nossa primeira opção. Em sua onda de 2012 duas variáveis se aproximaram significativamente da nossa compreensão sobre o partidarismo: 1) simpatia partidária; e 2) participação em reunião de partidos ou movimentos políticos. Quanto à primeira, não se verificam problemas de compatibilidade, já que a questão utilizada interroga os entrevistados sobre a existência de algum partido com o qual simpatizam. Quanto à segunda, infelizmente a pergunta combina partidos e outros movimentos políticos, o que certamente conduz a desvios significativos em relação ao nosso objetivo. Ainda assim, na medida em que é a única variável disponível nesse banco de dados acerca do comportamento efetivo dos cidadãos em relação às instituições partidárias, optamos pelo seu emprego, ainda que os resultados devam ser relativizados.

Essas duas medidas são codificadas como dicotômicas, de modo que o modelo de análise escolhido foi a regressão logística binária hierárquica. Com esse procedimento foi possível incorporar em um único modelo tanto as variáveis de atributos, atitudinais e valorativas dos indivíduos, quanto características estruturais de natureza social, política e, mais especificamente, eleitoral de cada nação incluída na pesquisa (Raudenbush; Bryk, 2002).

Esse tipo de modelo, portanto, é composto por dois níveis de variáveis. Para o primeiro deles, foram selecionadas medidas relativas aos seguintes atributos sociais, atitudes e valores individuais: sexo, raça, idade, escolaridade, busca por informação e eficácia política subjetiva. Para o segundo nível as variáveis selecionadas foram: PIB *per capita*, nível de liberdade política (*Freedom House*), número efetivo de

partidos políticos (NEPP) no Poder Legislativo e tipo de Legislativo de cada país. Todas essas variáveis atendem os requisitos estatísticos para a sua inclusão nos modelos, sendo dicotômicas ou possuindo distribuição aproximadamente normal⁵.

Cada uma dessas variáveis foi inserida para viabilizar o teste de algumas hipóteses ou expectativas iniciais derivadas da literatura recente sobre participação política em termos gerais e, mais especificamente, acerca da relação entre cidadãos e instituições partidárias. Ao inserir o sexo dos entrevistados, nossa intenção foi dialogar com diagnósticos negativos recentes acerca da desigualdade política entre homens e mulheres, tanto no que diz respeito à representação, quanto ao engajamento direto dos cidadãos em distintas modalidades de participação política (Heidar, 2006; Norris, 2011; Ribeiro, 2011; Whiteley, 2011; van Biezen; Mair; Poguntke, 2012). Tomando como categoria de referência o “masculino”, nossa expectativa inicial era verificar efeitos positivos sobre as duas medidas de partidarismo, mas com impacto mais expressivo sobre a medida de participação em reuniões de partidos e de movimentos políticos. Esse diferencial de efeito se deve basicamente à distribuição desigual do recurso “tempo” entre os gêneros. É amplamente sabido que a inserção das mulheres no mercado de trabalho moderno não foi acompanhada de liberação de suas atribuições domésticas de cuidado com o lar e a prole, o que as levam recorrentemente à dupla jornada de trabalho. É plausível supor que essa sobrecarga de atribuições reduza o tempo disponível para o envolvimento em atividades políticas, tal como o comparecimento à reuniões de partidos políticos.

⁵ Informações técnicas sobre as variáveis encontram-se nos apêndices metodológicos.

Uma segunda expectativa deriva da preocupação geral com os efeitos da distribuição desigual de recursos sociais e econômicos sobre a participação. No modelo do voluntarismo cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995), tais recursos seriam fundamentais para a aquisição de habilidades fundamentais ao ativismo político, o que torna possível derivar uma hipótese acerca da relação entre raça e participação. Ao identificar diferenciais de participação entre grupos raciais e étnicos distintos, Verba *et al* (1993) afirmaram que essa situação deveria ser analisada considerando o contexto das posições socioeconômicas diferenciais desses grupos, sendo a raça compreendida como mais um recurso que favoreceria ou dificultaria o desenvolvimento das habilidades cívicas. Em nossos modelos, portanto, esperávamos encontrar maior partidatismo entre brancos do que entre “não-brancos”.

Procuramos também dialogar com estudos que têm explicado o ativismo político levando em consideração o desenvolvimento e as mudanças decorrentes do ciclo de vida dos indivíduos. Essas investigações analisam os efeitos dessas diferentes etapas de amadurecimento experimentadas pelos cidadãos ao longo de sua existência sobre os padrões de comportamento político, tomando como pressuposto básico que os distintos papéis sociais assumidos no decorrer da vida – de filho para pai, de solteiro para casado, de estudante para trabalhador – servem como novos repositórios de socialização e alteram sua ação no campo político (Kinder, 2006). A participação seria, então, influenciada pelos constrangimentos e oportunidades que cada etapa da vida oferece, apresentando um efeito curvilíneo em relação à idade, começando relativamente baixa entre os indivíduos jovens, atingindo seu ápice na idade adulta e regredindo na velhice a padrões semelhantes à juventude (Milbrath; Goel, 1965).

Para além das experiências distintas de socialização, a distribuição dos recursos necessários à participação também ocorre de maneira desigual no decorrer da vida, variando de acordo com a fase vivenciada. Por exemplo, o desenvolvimento de habilidades cívicas acontece durante a vivência cotidiana, principalmente em espaços não políticos. Organizar e participar de reuniões, realizar apresentações ou discursos ou outras atividades desenvolvidas nos locais de trabalho, igrejas ou atividades comunitárias vão desenvolver tais habilidades. Alguns autores têm explicado a baixa adesão à política por jovens adultos justamente por conta deste período do ciclo de vida coincidir com o início da carreira, o matrimônio e a paternidade, diminuindo a disponibilidade de tempo para a participação (Verba; Schlozman; Brady, 1995; Finlay; Wray-Lake; Flanagan, 2010). Desta forma, esperávamos encontrar entre os grupos etários intermediários maior propensão ao partidarismo.

Ainda vinculada à questão dos recursos, inserimos a variável escolaridade com a expectativa de encontrar efeito positivo sobre as duas medidas dependentes, já que se trata de um atributo fortemente associado ao desenvolvimento de habilidades cívicas (Verba; Schlozman; Brady, 1995). Neste caso, a hipótese inicial é de que a probabilidade de simpatia e frequência a reuniões de partidos é maior entre os mais escolarizados.

Passando às variáveis atitudinais e valorativas, as hipóteses são bem menos diretas e inequívocas, já que a literatura especializada tem se debruçado de maneira incipiente sobre a realidade latino-americana e os achados internacionais dificilmente podem ser aplicados de forma automática às jovens democracias da região. Se considerarmos a novidade dessa forma de governo entre os países aqui analisados, já que a maioria das nações fizeram suas transições no que Huntington (1994) chama de terceira onda de democratização, seria possível esperar que o apoio à democracia fosse

acompanhado de maior adesão às instituições fundamentais desse tipo de regime, como os partidos políticos. Todavia, a hipótese alternativa da “cidadania crítica”, proposta para os contextos das democracias consolidadas, precisa ser considerada. Pesquisadores como Norris (1999) e Inglehart e Welzel (2009) têm defendido que entre o público de diferentes nações economicamente desenvolvidas o desencanto com as instituições políticas tradicionais tem ocorrido em paralelo ao fortalecimento de posturas pró-democracia. O cidadão crítico em relação ao funcionamento dos partidos e das demais estruturas representativas não seria, portanto, um inimigo ou perigo para a democracia. A ocorrência desse tipo de cidadão, entretanto, é resultado de níveis consideráveis de sofisticação política, ligados a condições sociais e econômicas favoráveis e também ao longo convívio com o regime democrático. Nesse sentido, buscamos identificar os efeitos da eficácia política individual e a busca por informações sobre a simpatia partidária e a participação em reuniões de partidos ou de movimentos políticos.

No caso do sentimento de eficácia subjetiva, supomos que entre aqueles que se enxergam como relevantes em termos políticos tenderiam a manifestar maior propensão ao envolvimento com os partidos, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de simpatias quanto ao comparecimento em reuniões. Utilizando tal medida, conforme estabelecido em estudo seminal de Almond e Verba (1989 [1963]), Dalton (2013) identificou entre o eleitorado norte-americano que o sentimento de efetividade da participação na política se relaciona à cognição, independente de condições financeiras. Entendemos que essa auto-avaliação positiva sobre a capacidade de influenciar decisões de natureza política favorece o cálculo sobre os custos e benefícios relacionados ao envolvimento.

A última variável de nível individual identifica a frequência de busca por informação dos entrevistados.

Utilizamos tal medida como *proxy* de sofisticação política, apoiados no argumento de Dalton e Wattenberg (2003) e de Fonseca (2013) de que a referida variável demonstra o interesse dos indivíduos por assuntos em geral, incluídos aqueles relacionados à vida pública, de modo a contribuir, em alguma medida, com o desenvolvimento da capacidade do eleitor de avaliar o jogo político. Segundo Dalton (2013), o partidarismo é uma forma de mobilização a qual se relacionam, dentre outros fatores, maior relacionamento com assuntos políticos por conta da intensidade ou frequência de acesso às informações. Nesse sentido, a expectativa aqui é encontrar efeitos positivos nessa medida, ou seja, antecipamos que aqueles que acessam maior volume de informações possuem maior probabilidade de simpatizar com algum partido e também de participar de reuniões.

No nível das unidades nacionais a primeira variável inserida foi o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o qual esperamos que tenha efeito positivo sobre as duas medidas dependentes. Assim como os recursos materiais e cognitivos no nível individual estão associados ao maior ativismo político, é plausível supor que a melhoria nas condições materiais gerais de um país afeta positivamente o engajamento entre os seus cidadãos. No caso específico dessa pesquisa, a melhoria do indicador de desenvolvimento econômico, conduziria à maior probabilidade de simpatizar com partidos e participar de reuniões organizadas por essas instituições. Em contraposição à essa expectativa, entretanto, é preciso considerar os efeitos das condições econômicas sobre o desenvolvimento da chamada cidadania crítica (Norris, 2009; 2011), e um possível afastamento das instituições tradicionais de representação. Analisando principalmente os contextos dos países economicamente desenvolvidos e com longo histórico democrático, essa autora tem associado a melhoria geral nas condições de existência ao desenvolvimento de cidadãos cada vez mais

interessados na sua auto-expressão e em formas mais autônomas de manifestação política. Esses novos interesses estariam conduzindo à crítica das instituições políticas organizadas de maneira hierárquica, como os partidos políticos. É claro que as condições para o desenvolvimento de tal sofisticação política que fundamenta a postura crítica dificilmente podem ser verificadas entre os países da região aqui analisada, mas ainda assim é necessário considerar a hipótese alternativa do efeito negativo do desenvolvimento econômico sobre o partidarismo em nossos modelos.

A variável seguinte diz respeito ao desenvolvimento político das nações, especialmente no que diz respeito às liberdades civis e políticas. O índice da *Freedom House* indica o quanto estão disseminadas em cada país as garantias para o exercício de tais liberdades, portanto, esperamos que exerça efeito positivo sobre as duas medidas de partidarismo empregadas.

As duas últimas variáveis se relacionam à estrutura política dos países e procuram medir o seu grau de complexidade. O Número Efetivo de Partidos Políticos (NEPP) e o tipo de legislativo (unicameral ou bicameral) distinguiriam as diferentes nações analisadas em sistemas políticos mais ou menos complexos e essa característica contribuiria para o maior ou menor envolvimento político dos seus cidadãos. Mais especificamente, nossa hipótese é que quanto maior o NEPP maior seria a complexidade do sistema e, consequentemente, mais difícil seria para o cidadão se decidir entre as várias alternativas, muitas delas bastante semelhantes entre si. De forma semelhante, nossa expectativa inicial é que sistemas unicamerais, por serem mais simples no processo legislativo e representativo, tenderiam a favorecer a identificação com as legendas que ocupam as suas cadeiras. Apesar de defensável a hipótese de efeitos semelhantes sobre a variável de participação nas reuniões partidárias, acreditamos que

o efeito dessas medidas de complexidade seja bem menos consistente nessa dimensão comportamental.

Resultados e Discussão

Iniciamos a apresentação e discussão dos resultados pelos modelos nulos construídos para estimar quanto da variação das medidas de partidarismo se deve a fatores que dizem respeito às unidades nacionais. Esse procedimento é fundamental para verificar a real necessidade e pertinência da modelagem hierárquica. Em modelos não lineares, como os logísticos aqui empregados, a variância no nível individual é heterocedástica, portanto, substituímos o procedimento sugerido por Raudenbush e Bryk (2002), pelo recomendado por Snijders e Bosker (1999), que trata a variável dependente como uma medida contínua latente seguindo uma distribuição logística. Com isso, calculamos os Coeficientes de Correlação Intraclasse (CCI) e constatamos que 11,8% da variação total na simpatia partidária e 16% no caso da participação em reuniões se devem à características localizadas no nível dos países, o que consideramos suficientemente relevante para justificar a construção dos modelos.

Os resultados (Tabela 1) levam a confirmações e refutações das hipóteses e expectativas expostas na seção anterior. Começando por uma confirmação, no nível individual verificamos a capacidade preditiva do sexo sobre as duas medidas de partidarismo. Como a categoria de referência aqui é “masculino”, o resultado confirma para a região analisada os diagnósticos recentes acerca da desigualdade política entre homens e mulheres nas democracias contemporâneas (Heidar, 2006; Norris, 2011; Ribeiro, 2011; Whiteley, 2011; van Biezen; Mair; Poguntke, 2012). A hipótese dos efeitos diferenciais que apresentamos acima parece se confirmar, já que o impacto de ser homem sobre a chance de simpatizar

com algum partido é de 16,8%, enquanto o efeito sobre a chance de participar de reuniões é de 34,6%. Pode-se atribuir essa expressiva diferença a persistente divisão desigual das atribuições domésticas entre homens e mulheres, o que leva à dupla jornada feminina e à consequente falta de tempo para o envolvimento com atividades relativas à vida pública. Como o desenvolvimento de simpatias partidárias não necessariamente implica no dispêndio de tempo, o efeito do sexo sobre essa dimensão é menor do que o verificado na medida de comportamento efetivo.

Passando à primeira refutação, constatamos que o grupo étnico dos entrevistados não tem qualquer impacto (positivo ou negativo) sobre a probabilidade de simpatia e participação em reuniões partidárias, ao menos quando esses supostos efeitos são controlados por outras variáveis ligadas aos recursos inseridas no modelo, como escolaridade. Esse resultado corrobora a conclusão de Bueno (2012), que, a partir de dados de *survey* aplicado na região metropolitana de Belo Horizonte, identificou a irrelevância do grupo racial para a explicação do ativismo em um conjunto amplo de organizações e também formas de mobilização individual (passeatas, boicotes, dentre outros). Segundo a autora, fatores socioeconômicos, como escolaridade e renda, são mais relevantes que a raça dos indivíduos para a determinação de seu comportamento político, uma vez que a cultura brasileira associa etnia à condição social dos cidadãos⁶. Considerando apenas essa medida de partidatismo, mas ampliando o encaixe geográfico para a região latino-americana e caribenha, chegamos ao mesmo diagnóstico.

⁶ Segundo a autora, “o ponto de fuga de grande parte dos trabalhos que analisam raça e atuação política no Brasil é a dicotomia e a interação entre o pertencimento a um grupo racial e a inserção em classes sociais” (Bueno, 2012: 197).

TABELA 1. Determinantes individuais e nacionais do partidarismo na América Latina (2012)

Variáveis	Simpatia	Participação em Reuniões
Nível individual		
Sexo (masculino)	1,168** (,025)	1,346** (,034)
Etnia (branco)	1,002 (,033)	,923 (,049)
Idade (25-34 anos)	1,503** (,040)	,974 (,053)
Idade (35-54 anos)	1,477** (,037)	1,166* (,048)
Idade (55 anos ou mais)	1,934** (,043)	1,002 (,059)
Escolaridade (Ensino Médio completo)	,997 (,034)	,974 (,047)
Escolaridade (Ensino Superior ou mais)	1,024 (,033)	,995 (,044)
Eficácia política subjetiva	1,503** (,026)	1,590** (,035)
Busca por informação	1,273** (,027)	1,301** (,037)
Nível nacional		
PIB per capita	1,010 (,001)	,998 (,001)
Freedom House	1,048 (,145)	1,315 (,155)
Número efetivo de partidos políticos	,873* (,073)	,995* (,868)
Tipo de Legislativo	1,311 (,300)	1,479 (,320)
Constante	,546* (,275)	,087** (,586)
N nível 1	36795	36795
N nível 2	23	23

Nota: * sig< 0,05 ** sig≤ 0,00

Com relação às faixas etárias, considerando as categorizações mais recorrentes na literatura sobre efeitos geracionais (Kinder, 2006; Finlay; Wray-Lake; Flanagan, 2010; Okado, 2013), fragmentamos o eleitorado latino-americano em quatro faixas etárias, tomando a primeira (16-24 anos) como categoria de referência. Os resultados indicam que a idade é relevante para ambas as medidas analisadas. A manifestação de simpatia por alguma legenda partidária entre os latino-americanos é influenciada pela idade dos indivíduos, uma vez que verificamos que os cidadãos entre 25 e 34 anos, com idades de 35 a 54 anos e aqueles com 55 anos ou mais tendem a simpatizar com partidos em maior medida que os mais jovens. No que diz respeito à participação efetiva, nossos resultados coadunam o argumento de Dalton (2013) de que o envolvimento em atividades e instituições políticas tradicionais e hierarquizadas está relacionado a eventos como a constituição da família, o término da escolarização e a entrada no mercado de trabalho, já que verificamos efeito significativo da faixa etária sobre a participação em reuniões apenas entre indivíduos com idades entre 35 e 54 anos.

A refutação mais surpreendente e geral diz respeito à escolaridade, recurso cognitivo recorrentemente associado a diferentes modalidades de ativismo político. Contrariando essa tendência, no partidarismo o efeito da escolaridade é inexistente na região, pelo menos quando é controlado pela presença das demais variáveis inseridas no modelo.

Nossa hipótese à respeito do sentimento de eficácia política, por sua vez, foi confirmada para as duas variáveis dependentes. A avaliação positiva sobre a própria capacidade de influenciar decisões políticas demonstrou impactar de maneira expressiva a probabilidade de simpatizar com algum partido (50,3%) e também a frequência a reuniões dessas instituições (59%). A auto-percepção de relevância política parece atuar como incentivo para que os indivíduos

se decidam pelo envolvimento no contexto aqui analisado. Também foram confirmadas nossas expectativas iniciais quanto ao efeito positivo da busca por informações, já que essa variável eleva a probabilidade de simpatia e participação em 27,3% e 30,1%, respectivamente.

No que se refere às características de contexto introduzidas no modelo, verificamos inicialmente a ausência de efeitos das medidas de desenvolvimento econômico e político sobre os indicadores de partidarismo. Ao que tudo indica, as manifestações de simpatia partidária e a probabilidade de comparecimento em reuniões de partidos não são afetadas por essas variáveis estruturais.

Inversamente, o NEPP apresentou efeito significativo e negativo sobre a probabilidade de manifestação de simpatia por algum partido e de envolvimento em reuniões de movimentos ou partidos. Essa medida tem sido empregada em análises que destacam o seu efeito objetivo sobre o funcionamento de sistemas políticos, como o fazem Payne (2007) e Silva Junior *et al* (2012), ao empregarem o NEPP como indicador da institucionalização dos sistemas partidários nacionais quando de suas análises sobre a América Latina. Ainda que esses trabalhos não tenham estabelecido diálogos entre fatores contextuais e individuais, o resultado encontrado indica que o número elevado de partidos contribui negativamente para a construção de vínculos por parte do eleitorado com tais instituições, uma vez que dificulta a diferenciação das imagens dessas instituições, de maneira mais intensa entre eleitores com menores recursos cognitivos.

Rennó (2006) apresenta argumento nesse sentido ao tratar do que denomina “dilema do rico”, caracterizado por contextos eleitorais complexos nos quais se verificam características como baixa identificação do eleitorado com partidos e multiplicidade de partidos e candidatos na disputa. Segundo este autor, “um número muito grande de

opções pode aumentar em demasia o custo da escolha e acabar por levar à não-decisão” (Rennó, 2006: 47).

Além disso, outro indício que encontramos na literatura, numa análise ainda preliminar, acerca do relacionamento entre o NEPP e o comportamento político dos eleitores, foi apontado por Dalton, Farrell e McAllister (2011), os quais afirmam que países nos quais tais números são mais elevados são também aqueles onde o volume de informação que os partidos expõem ao eleitorado é maior, numa tentativa de se aproximar dos cidadãos e criar algum tipo de vínculo. Contudo, considerado o contexto da América Latina e do Caribe como de baixo refinamento cognitivo dos eleitores, a diferenciação e escolha dos partidos, tomados como atalhos para a interpretação do mundo da política, é tão mais complexa e difícil quanto maior a oferta de partidos políticos.

Nesses termos, o NEPP negativo nos modelos explicativos para a simpatia partidária e para a participação em reuniões de partidos e movimentos políticos nos permite corroborar com a argumentação acima exposta no sentido que quanto mais numerosos os sistemas partidários, menor a capacidade dos eleitores de manifestarem sentimentos positivos pelos partidos. Os efeitos redutores identificados, da ordem de 12,7% e 0,5%, respectivamente, são não desprezíveis, em especial de considerarmos a variação do índice entre os países latino-americanos e caribenhos analisados. É importante destacar a grande diferença de efeito dessa variável sobre as duas medidas de partidarismo, indicando que a simpatia parece ser bem mais sensível à complexificação numérica do sistema. Esse resultado é compatível com a natureza distinta das medidas, já que a simpatia se refere a uma adesão de natureza subjetiva difusa, sem as necessárias implicações objetivas e investimentos materiais envolvidos no comparecimento a reuniões partidárias. O tipo de vínculo existente entre cidadãos e partidos que

frequentam tais reuniões é bem mais intenso e, portanto, menos suscetível aos efeitos da maior oferta de legendas.

A última variável, relativa ao tipo de Legislativo, não se mostrou relevante sobre o partidarismo, indicando que legislativos unicamerais ou bicamerais não exercem influência sobre as chances de envolvimento nas modalidades simpatia e participação em reuniões. Tal efeito diverge da expectativa teórica de que contextos unicamerais favoreceriam o envolvimento dos cidadãos por sua simplicidade (Rennó, 2006). Nesse sentido, nossa hipótese de que a maior complexidade existente em eleições bicamerais promoveria o afastamento dos eleitores latino-americanos e caribenhos não se confirmou empiricamente.

Considerações finais

O artigo apresenta uma análise exploratória sobre os efeitos das variáveis individuais e contextuais na explicação do ativismo partidário (aqui mensurado pela simpatia partidária e pela participação em reuniões partidária) nos países da América Latina e Caribe. O estudo conclui pela validação de algumas teorias, como aquelas que problematizam os efeitos do ciclo de vida na participação em instituições hierárquicas (Dalton, 2013). Por outro lado, os resultados encontrados levam à refutações parciais de importantes teorias que relacionam o envolvimento político à disponibilidade de recursos individuais e coletivos (Verba; Schlozman; Brady, 1995).

Primeiramente, não encontramos evidências de que o ativismo partidário esteja relacionado à escolaridade, sempre destacada como uma das variáveis de maior importância nesses modelos explicativos. O mesmo ocorreu quanto à raça dos entrevistados, normalmente associada à padrões persistentes de desigualdade na posse de recursos.

Em compensação, confirmamos efeito significativo do sexo dos entrevistados que pode ser analisado por esse viés da desigualdade. Como já argumentamos anteriormente, a distribuição desigual entre homens e mulheres do recurso “tempo” é ainda um fato nas sociedades contemporâneas, sobretudo em razão da dupla jornada imposta às mulheres. É claro que outras barreiras materiais e culturais dificultam o envolvimento feminino nos espaços políticos, mas julgamos ser possível atribuir o baixo engajamento das mulheres nos indicadores de partidarismo à falta de tempo disponível para os assuntos e atividades políticas.

No terreno das atitudes, os dados conduzem à confirmação do efeito da eficácia política subjetiva, que desde o trabalho pioneiro de Almond e Verba (1989 [1963]) para a abordagem culturalista tem sido apontado como relevante condicionante de posturas politicamente engajadas. Também verificamos o efeito relevante da disposição para buscar informações, indicando que mais do que recursos cognitivos, aqui representados pela escolaridade, para o partidarismo importa uma orientação positiva de interesse pelos assuntos públicos, ou nos termos propostos por Dalton, uma “mobilização cognitiva”.

O mais importante achado do artigo, porém, nos parece ser aquele relacionado aos efeitos das variáveis de contexto, em especial, o efeito negativo do NEPP. Qual o significado da descoberta de que sistemas partidários mais fragmentados possuem menor adesão dos eleitores aos partidos (em termos de identificação e participação)? Retornando ao clássico problema da Ciência Política sobre os impactos comportamentais dos diferentes arranjos institucionais, confirmamos que sistemas mais complexos em termos da oferta de legendas partidárias tendem a dificultar o processo de escolha do eleitorado através da elevação dos custos de informação que, no pior dos cenários, pode conduzir à não-decisão. Ao analisar as eleições de 2002

no Brasil, Rennó (2006) descreve processo semelhante quando um número grande de candidatos são apresentados aos eleitores, configurando o “dilema do rico”, o que, diante de muitas possíveis opções não consegue chegar a uma decisão. Em nosso caso específico, a maior oferta no mercado das legendas partidárias exige dos cidadãos, principalmente, mais tempo e acesso a informações sobre essas instituições para que os mesmos possam se decidir sobre a qual se unir, seja por meio da simples simpatia ou pelo envolvimento mais efetivo do comparecimento à reuniões.

Referências

- Alcántara Sáez, M.; Freidenberg, F. (2002), “Partidos políticos na América Latina”, *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, pp. 137-157.
- Almond, G. A., Verba, S. (1989 [1963]), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage.
- Baquero, M. (2000), A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Baudouin, J. (2000), Introdução à Sociologia Política. Lisboa: Estampa.
- Bueno, N. S. (2012), “Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte”, *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 85, pp. 187-226.
- Cavarozzi, M. (1993), “El sentido de la democracia en la América Latina contemporánea”. In: Garretón, M. A. (ed.). *Los partidos y la transformación política de America Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, pp. 17-28.

- Clarke, H. D.; Stewart, M. C. (1998), "The decline of parties in the minds of citizens". *Annual Reviews Political Science*, v. 1, pp. 357-378.
- Dahl, R. A. (1997), *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Dalton, R. J. (2013), *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- Dalton, R. J.; Farrell, D. M.; McAllister, I. (2011), *Political parties and democratic linkage: how parties organize democracy*. Oxford: Oxford University.
- Dalton, R. J.; McAllister, I.; Wattenberg, M. P. (2003), "Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas", *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, pp. 295-320.
- Dalton, R. J.; Wattenberg, M. P. (2003), *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Della Porta, D. (2003), *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Estampa.
- Easton, D. (1975), "A re-assessment of the concept of political support", *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, pp. 435-457.
- Finlay, A.; Wray-Lake, L.; Flanagan, C. (2010), "Civic engagement during the transition to adulthood: developmental opportunities and social policies at a critical juncture". In: Lerner, R. M.; Steinberg, L. (eds.). *Handbook of adolescent psychology*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, pp. 721-746.
- Fonseca, F. (2013), "Mídia e eleição na transição democrática brasileira: aspectos conceituais e empíricos da vitória eleitoral do presidente Collor de Mello". In: Telles, H.; Moreno, A. (orgs.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 459-498.

- Freire, A. (2005), "Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada", *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 47, pp. 11-33.
- Gallego, A.; Guillem, R.; Anduiza, E. (2012), "Disproportionality and voter turnout in new and old democracies", *Electoral Studies*, v. 31, n. 1, pp. 159-169.
- Garretón, M. A. (1993), "Presentación". In: *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, p. IV.
- (1993a), "Transformaciones socio-políticas en América Latina, 1972-1992". In: *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, pp. 3-15.
- Heidar, K. (2006), "Party membership and participation". In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. *Handbook of party politics*. Londres: SAGE, pp. 301-315.
- Huntington, S. (1994), *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Inglehart, R. (1977), *The silent revolution*. Princeton: Princeton University.
- Inglehart, R.; Welzel, C. (2009), *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.
- Jehá, P. R. (2009), *O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil*. 2009. 427 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Katz, R.; Mair, P. (2009), "The cartel party thesis: a restatement". *Perspectives on politics*, v. 7, n. 4, pp. 753-766.
- (1995), "Changing models of party organization and party democracy. The emergency of the cartel party". *Party Politics*, v. 1, n. 1, pp. 5-28.
- Kinder, D. R. (2006), "Politics and the life cycle". *Science*, v. 312, n. 5782, pp. 1905-1908.

- Kirchheimer, O. (1966), "The transformation of the Western European party systems". In: La Palombara, J.; Weiner, M. (orgs.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University, pp. 177-200.
- Mainwaring, S. P. (2001), *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas.
- Mainwaring, S. P.; Torcal, M. (2005), "Teoria e institucionalização do sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, pp. 249-286.
- Mair, P. (2003), "Os partidos políticos e a democracia". *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, pp. 277-293.
- (2000), "Há um futuro para os partidos?". *Revista Política Democrática*, Brasília, ano 1, n. 0, pp. 147-160.
- Mayer, R. (2011), *Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT*. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Milbrath, L.; Goel, M. L. (1965), *Political participation*. Boston: University Press of America.
- Nicolau, J. M. (1996), *Multipartidarismo e democracia. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Norris, P. (2011), *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York, Cambridge University.
- (2007), "Political activism: new challenges, new opportunities". In: Boix, C.; Stokes, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 628-652.
- (1999), *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University.
- Okado, L. T. A. (2013), *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação

- em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Ostrogorski, M. (2008 [1912]), *La democracia y los partidos políticos*. Madrid: Trotta.
- Pasquino, G. (2010), *Curso de Ciência Política*. Parede, Portugal: Principia.
- Payne, J. M. (2007), "Party systems and democratic governability". In: Payne, J. M.; Zovatto G. D.; Díaz, M. M.; Zavala, A. A.; Carrillo-Flórez, F.; Echebarría, K.; Freidenberg, F.; Iarquín, E. *Democracies in development. Politics and reform in Latin America*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/ David Rockefeller Center for Latin American Studies/ Harvard University, pp. 149-177.
- Putnam, R. D. (org.) (2003), *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- (2002), *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Raudenbush, S.W.; Bryk, A. S. (2002), *Hierarchical linear models. Applications and data analysis methods*. New York: Sage.
- Rennó, L. R. (2006), "O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e *accountability* nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados". In: Soares, G. A. D.; Rennó, L. R. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 47-68.
- Rennó, L. R.; Smith, A. E.; Layton, M. L.; Pereira, F. B. (2011), *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo/Nashville: Intermeios/ Latin American Public Opinion Project.

- Ribeiro, E. A. (2011), *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Riz, L. de (1993), "Los partidos políticos y el gobierno de la crisis en Argentina". In: Garretón, M. A. (ed.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, pp. 37-53.
- Seligson, M. A.; Booth, J. A., Gómez, M. (2006), "Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática". *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, pp. 1-37.
- Seyd, P.; Whiteley, P. (2004), "British party members: an overview". *Party Politics*, v. 10, n. 4, pp. 355-366.
- Silva Junior, J. A.; Figueiredo Filho, D. B.; Rocha, E. C.; Paranhos, R. (2012), "Outsiders e regimes democráticos: os casos do Brasil, Peru e Venezuela". *Revista Estudos de Política*, Campina Grande (PB), v. 1, n. 2, p. 115-142.
- Snijders, T. A.; Bosker, R. J. (1999), *Multilevel Analysis: An Introduction to Basic and Advanced Multilevel Modeling*. London: Sage Publications.
- Van Biezen, I. (1998), "Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias". *Análise Social*, v. 33, n. 148, pp. 685-708.
- Van Biezen, I.; Mair, P., Poguntke, T. (2012), *Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe*. *European Journal of Political Research*, n. 51, pp. 24-56.
- Verba, S.; Schlozman, K. L.; Brady, H. E. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University.
- Verba, S.; Schlozman, K. L.; Brady, H.; Nie, N. H. (1993), "Race, ethnicity and political resources: participation

- in the United States". *British Journal of Political Science*, v. 23, n. 4, pp. 453-497.
- Witheley, P. (2011), "Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World". *Party Politics*, v. 17, n. 21.
- Witheley, P. F.; Seyd, P. (2002), *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI: University of Michigan.
- (1998), "The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization?", *British Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, pp. 113-137.

Apêndice metodológico I

INFORMAÇÕES TÉCNICAS DAS VARIÁVEIS INDIVIDUAIS

Simpatia por partidos políticos

[vb10] Neste momento, simpatiza com algum partido político?

Codificação: 1= Sim
2= Não

Recodificação: 0= Não
1= Sim

Participação em reuniões de partidos ou movimentos políticos

[cp13] Reuniões de um partido ou movimento político.

Assiste:

Codificação: 1= Uma vez por semana
2= Uma ou duas vezes ao mês
3= Uma ou duas vezes ao ano
4= Nunca

Recodificação: 0= Não [4]

1= Sim [1 a 3]

Sexo

[q1] Gênero

Codificação: 1= Homem

2= Mulher

Recodificação: 0= Feminino

1= Masculino

Etnia (branco)

[etid] Você se considera uma pessoa branca, mestiça, indígena, negra, mulata ou outra?

Codificação: 1= Branco

2= Mestiço

3= Indígena

4= Negro

5= Mulato

6= Moreno

7= Outro

9= Chinês

10= Indiano

11= Javanês

12= Quilombola

Recodificação: 0= Não branco

1= Branco

Idade

[q2] Qual a sua idade em anos completos?

Codificação: Aberta

Recodificação

em variáveis binárias para: 25-34 [anos]

35-54 [anos]

55 [anos] ou mais

Escolaridade

[ed] Qual foi o último ano de educação que você completou ou foi aprovado?

Codificação: Aberta

Recodificação: 1= Até Ensino Médio incompleto
(0 a 10 anos de estudo)
2= Ensino Médio completo ou Superior
incompleto (11 a 13 anos de estudo)
3= Ensino Superior completo ou mais
(14 ou mais anos de estudo)

Recodificação

em variáveis binárias para: Ensino Médio completo [2]
Ensino Superior ou mais [3]

Eficácia política subjetiva

[eff2] Você sente que entende bem os assuntos políticos
mais importantes do país?

Codificação: 1= Muito em desacordo
2= 2
3= 3
4= 4
5= 5
6= 6
7= Muito de acordo

Recodificação: 0= Baixa [1 a 4]
1= Alta [5 a 7]

Busca por informação

[gi0] Com que frequência segue as notícias, seja pela tele-
visão, pelo rádio, pelo jornal ou pela internet?

Codificação: 1= Diariamente
2= Algumas vezes por semana
3= Algumas vezes ao mês
4= Raramente
5= Nunca

Recodificação: 0= Baixa [2 a 5]
1= Alta [1]

Apêndice metodológico II

ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA DAS VARIÁVEIS NACIONAIS POR PAÍS

País	PIB <i>per capita</i>	<i>Freedom House</i>	Número efetivo de partidos políticos	Tipo de Legislativo
Argentina	5.170	2,0	6,49	Bicameral
Belize	4.490	1,5	1,98	Bicameral
Bolívia	2.220	3,0	1,85	Bicameral
Brasil	11.630	2,0	10,36	Bicameral
Chile	14.310	1,0	5,64	Bicameral
Colômbia	7.020	3,5	4,40	Bicameral
Costa Rica	8.820	1,0	3,90	Unicameral
Equador	5.710	3,0	5,10	Unicameral
El Salvador	3.590	2,5	3,19	Unicameral
Guatemala	3.120	3,5	4,14	Unicameral
Guiana	3.410	2,5	2,42	Bicameral
Honduras	2.120	4,0	2,30	Unicameral
Jamaica	5.120	2,5	1,80	Bicameral
México	9.640	3,0	2,80	Bicameral
Nicarágua	1.650	4,5	1,80	Unicameral
Panamá	8.510	1,5	3,66	Unicameral
Paraguai	3.400	3,0	2,39	Bicameral
Peru	6.060	2,5	3,97	Unicameral
Rep. Dominicana	6.440	2,0	1,45	Bicameral
Suriname	8.680	2,0	3,21	Unicameral
Trinidad e Tobago	14.710	2,0	1,71	Bicameral
Uruguai	13.580	1,0	2,65	Bicameral
Venezuela	12.460	5,0	1,97	Bicameral

Apêndice metodológico III

ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Simpatia por partidos políticos	22230	0,34	0,47	0,00	1,00
Participação em reuniões de partidos ou movimentos políticos	22230	0,14	0,34	0,00	1,00
Sexo	22230	0,54	0,50	0,00	1,00
Etnia (branco)	22230	0,26	0,44	0,00	1,00
Idade (25-34 anos)	22230	0,24	0,43	0,00	1,00
Idade (35-54 anos)	22230	0,37	0,48	0,00	1,00
Idade (55 anos ou mais)	22230	0,19	0,39	0,00	1,00
Escolaridade (Ens. Médio completo)	22230	0,29	0,45	0,00	1,00
Escolaridade (Ens. Superior completo ou mais)	22230	0,40	0,49	0,00	1,00
Eficácia política subjetiva	22230	0,41	0,49	0,00	1,00
Busca por informação	22230	0,65	0,48	0,00	1,00
PIB <i>per capita</i>	23	7.037,39	4.082,33	1.650,00	14.710,00
<i>Freedom House</i>	23	2,54	1,08	1,00	5,00
Número efetivo de partidos políticos	23	3,44	2,03	1,45	10,36
Tipo de Legislativo	23	0,61	0,50	0,00	1,00